



JORNAL DA APEOESP

<http://www.apeoesp.org.br>

e-mail: presiden@apeoesp.org.br - imprensa@apeoesp.org.br

TODOS À ASSEMBLEIA ESTADUAL EM 15 DE JUNHO



Nossa campanha em defesa da valorização da categoria continua. Garantia de 33% da jornada para atividades extraclasse, reposição salarial, respeito aos docentes da categoria "O", carreira que valorize todos os profissionais do Magistério são algumas das reivindicações. Vamos ampliar nossa mobilização!

Em 15 de junho, todos à assembleia estadual na Praça da República. Págs 4 e 5

E MAIS:



APEOESP exige regularização das aposentadorias

Pág. 6



CNE aprova resolução sobre a lei do piso

Pág. 7



Sindicato apoia campanha da CUT contra imposto sindical

Pág. 7

**Índices APEOESP
MAIO 2012**

PEB I (nível I) sal. base/24h R\$ 981,73.

PEB II (nível I) sal. Base/24h ... R\$ 1.13.6,47

Piso Dieese/Janeiro R\$ 2.3.29,3,5

Salário Mínimo Oficial R\$ 622,00

Subsede debate a crise do capital



O Trabalho e a Crise do Capital foi o tema de debate organizado pela subsede Sudeste-Centro no dia 12 de maio. A atividade fez parte da celebração do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, e contou com a participação do professor João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT, ex-presidente da APEOESP.

O debate foi precedido do filme *Capitalismo: uma história de amor*, do cineasta norte-americano Michael Moore.

Durante o evento, João Felício reafirmou que os trabalhadores não podem ser penali-

zados por uma crise econômica sobre a qual não têm culpa, referindo-se aos países europeus e aos EUA. Para que os brasileiros estejam “protegidos” desta onda, Felício acredita ser necessário manter a queda dos juros, ampliando a política de valorização do salário mínimo e de vultosos investimentos públicos em obras de infraestrutura, aliada à manutenção das relações comerciais com a América Latina, Ásia e África, criando condições mais favoráveis para o país enfrentar os impactos negativos da crise internacional.

Cartas

Site

Gostei muito do atual visual do site da APEOESP. Está muito bem informativo. Muito bom disponibilizar o programa APEOESP na TV.

Prof. Cassiano Alves de Macedo

Publicações

As publicações melhoraram: este fator é de vital importância para que o professor tenha um modo prático de saber o andamento de sua vida funcional. Obrigada!

Profª Vilma Aparecida das Dores Viana

Blog

Bebel, fiquei sabendo da existência de seu blog na Internet através do Jornal da APEOESP, resolvi dar uma olhada e tive a certeza de que ele é muito útil a todos nós professores.

A maior vantagem que a Internet propicia em relação aos outros meios de comunicação é a possibilidade de podermos transmitir as informações de maneira completa, para o

bem da elucidação dos fatos e acontecimentos reais.

Continuemos na luta por uma Educação Pública de qualidade. Tenho grande admiração por você, pelo fato de estar no “front” desta batalha, que acredito ser uma daquelas dignas de serem travadas na nossa vida.

Prof. Jairo

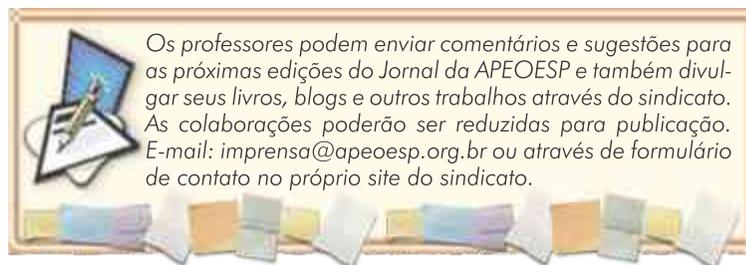
Desabafo

Sempre pensei que a escola pública fosse do povo, e que as pessoas pudessem dar sugestões para melhorar as práticas do dia a dia. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal não são mais respeitadas, em nome da manutenção da ordem hierárquica e opressora??? O pior é que ninguém faz nada e todos seguem agindo tranquilamente, como se não fossem livres para pensar, opinar e reivindicar

direitos perante as autoridades públicas. Quando, alguns diretores, perceberão que o autoritarismo só distancia as pessoas ao invés de aproximá-las? Que a relação entre professores, coordenadores e funcionários acaba sendo de submissão, medo e raiva, podendo gerar desânimo e falta de interesse, o que leva a um estado de imobilidade em relação a tudo que se faz na escola??

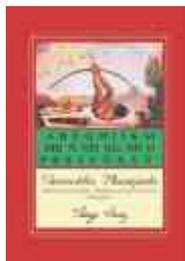
Prof. Wolner Pope Missalia

A S : Professor Wolner, a APEOESP faz constantes campanhas em defesa da democratização das relações escolares. Defendemos a participação de todos os entes da unidade, juntamente com a comunidade, nas decisões dos projetos político-pedagógicos. Não podemos ceder a posturas autoritárias e assédio moral. Temos que reagir!



Lançamento

Genocídio



Jornalista e também professor da rede estadual, Thiago Pérez acaba de lançar um livro-reportagem sobre a situação indígena no Brasil. Para es-

-crever “Genocídio Planejado: Diário de um jornalista paulista em território xavante e outros 500”, Pérez estudou a língua tupi e visitou aldeias guaranis. O autor realiza palestras sobre a experiência. O livro da AG Books pode ser adquirido no site da Editora: www.agbooks.com.br ou através do e-mail do autor: escrevaparaothiago@yahoo.com.br

Oiteiro

Professor de matemática, José Soares lançou no dia 12

de maio na subsede Sudeste-Centro da APEOESP o seu primeiro livro. “Oiteiro”, da Editora Matsunaga, reúne crônicas e poesias que refletem o cotidiano escolar. O livro pode ser encomendado através do e-mail oiteiro@uol.com.br ou do Facebook de José Soares.

A rima na escola

Inspirada no diário de viagens de Mário de Andrade pelo norte e nordeste do Brasil, Maíra Soares Ferreira apresenta em seu novo livro, “A rima na escola, o verso na história”, a luta pela preservação da cultura popular afro-indígena e sertaneja e sua transmissão às novas ge-

rações, em comunidades como a da favela do Real Parque, na capital paulista, formada por migrantes descendentes da aldeia Pankararu (PE). Este livro resultou de sua pesquisa-intervenção em torno da criação poética, desenvolvida em sala de aula com professores e alunos do 8º ano do ensino fundamental. A obra, da Boitempo Editorial, está à venda nas principais livrarias.



A APEOESP é incansável na defesa dos professores e da escola pública. A cada novo governo, somos confrontados com políticas educacionais que tratam os professores como executores dessas políticas e não como sujeitos principais do processo educativo.

O atual secretário da Educação, logo após a sua posse, criou certa expectativa declarando que iria dialogar com os profissionais da educação, pais, alunos e, com eles, elaborar as políticas educacionais, mas isso não tem ocorrido.

Primeiro, o secretário criou os chamados “pólos” nas regiões, com um público de convidados. Ouviu muitas críticas e, ao final, anunciou propostas e programas que nada tinham a ver com o que ali foi dito. Na segunda edição, restringiu ainda mais o público, tentando configurar uma plateia totalmente

favorável. Mesmo assim, ainda houve muitas críticas e reclamações, demonstrando que nada mudou de substancial na rede estadual de ensino.

Paralelamente, está em curso a negociação de um novo plano de carreira no âmbito da comissão paritária. Nós, da APEOESP, em conjunto com a APASE, CPP e APAMPESP, apresentamos novas possibilidades de evolução funcional pelas vias acadêmica e não acadêmica e promoção na carreira. Elas privilegiam o trabalho coletivo, beneficiando os professores que participem de projetos vinculados ao projeto político-pedagógico da escola ou que desenvolvem um itinerário formativo coerente. Para tanto, a implantação da jornada do piso é fundamental. Por isso, nossa mobilização e pressão garantiram a inclusão deste ponto na pauta de discussão na comissão paritária.

A SEE insiste em não implantar a lei do piso. Mas nós não desistimos da luta. Temos a sentença favorável, estamos trabalhando para derrubar o efeito suspensivo concedido irregularmente ao governo pela 10ª Câmara do TJSP e, em Brasília, estamos ingressando com recursos junto ao STJ e STF.

A pauta da nossa luta inclui ainda a reposição das nossas perdas salariais, a defesa dos professores da categoria O, submetidos a condições indignas de contratação e de trabalho; a denúncia do assédio moral, presente em muitas escolas estaduais; as condições físicas estruturais das unidades escolares; a campanha por mais concursos públicos, para PEB I e PEB II, de todas as disciplinas e outras reivindicações.

Nossa campanha salarial e educacional está em pleno andamento e a participação de cada professor e professora é essencial para a vitória.

Sistema financeiro, redução dos juros e a retomada da atividade econômica

As recentes medidas adotadas pelo governo federal de redução da taxa SELIC e dos juros dos bancos públicos atendem em parte as reivindicações, mobilizações e negociações realizadas pelos trabalhadores nos últimos anos.

Em um ambiente de estagnação e sem ameaças de curto prazo de alta da inflação, o movimento consistente de queda da taxa SELIC deve continuar a ser um dos objetivos principais do governo, visando aumentar o consumo e o investimento, além de desvalorizar o câmbio (que tanto “estrago” tem feito à indústria), para estimular a atividade econômica do país.

A redução da taxa Selic abre também a possibilidade de ampliação dos gastos públicos em investimentos, uma vez que reduz fortemente o gasto com serviço da dívida pública.

As reduções de taxas de juros adotadas pelos dois grandes bancos públicos ganha importância, pois insere o debate do spread bancário abusivo a todos os segmentos da população, além de abrir espaço para o acirramento da concorrência com os bancos privados, apesar da elevada concentração no setor. Porém, os benefícios da redução das taxas devem ser estendidos para o conjunto da população e não ficarem restritos a uma pequena parcela de correntistas.

Consideramos inadiável uma Reforma Tributária que altere a estrutura atual, profundamente injusta, que penaliza os assalariados e trabalhadores em geral, além de medidas como a ampliação e democratização

do Conselho Monetário Nacional, e a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal que trata sobre a regulamentação do sistema financeiro nacional está para ser regulamentado.

Se por um lado as medidas adotadas pelo governo federal para a redução dos juros devem ser saudadas, por outro lado não aceitamos que os mais de 45 bilhões emprestados por bancos públicos, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, às empresas privadas, especialmente em obras do PAC, não sejam acompanhados de contrapartidas sociais, trabalhistas e ambientais.

As empresas que têm acesso a recursos públicos e benefícios fiscais têm a obrigação de ter responsabilidade com metas e obrigações com saúde, segurança, respeito à organização sindical, acordos coletivos, negociação coletiva e relações do trabalho.

Fortalecer e aumentar a produção da indústria nacional é necessário. Mas o crescimento da indústria deve se dar com contrapartidas, com a geração de empregos de qualidade, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, ratificação da convenção 158 da OIT, negociação coletiva e respeito à organização no local de trabalho.

Vamos continuar aprofundando o debate sobre um projeto de desenvolvimento para o país que pressupõe o fortalecimento do mercado interno, maior investimento público nas políticas sociais e na infraestrutura do país.



Implantação da jornada do piso já!



A APEOESP continua desenvolvendo a Campanha Salarial e Educacional dos professores da rede estadual de ensino, de acordo com as deliberações da assembleia estadual do dia 20 de abril.

Os professores decidiram manter a centralidade da luta pela jornada do piso, ou seja, pela destinação de, no mínimo, 33% da jornada de trabalho para atividades extraclasses, conforme determina a lei 11.738/2008.

Para assegurar qualidade às aulas que ministram aos estu-

dantes paulistas, os professores precisam de tempo para preparar suas aulas, participar de atividades pedagógicas coletivas na escola, programas de formação continuada e para desenvolver atividades em local de livre escolha, relacionadas à tarefa de ensinar, como preparar e corrigir provas e trabalhos, realizar leituras, fazer pesquisas e outras. Desta forma, no Estado de São Paulo, de acordo com a jornada estabelecida pela lei complementar 836/97, o professor em jornada integral (40 horas semanais)

deverá ter 26 aulas com alunos, oito em atividades pedagógicas coletivas (HTPC) e seis em local de livre escolha (HTPLE).

A lei do piso assegura um patamar mínimo de remuneração a todos os professores, em todo o território nacional. Também assegura na composição da jornada de trabalho um percentual de horas para que o professor se atualize e se aperfeiçoe, qualificando suas aulas. A lei, assim, contribui para a valorização dos professores e a qualidade do ensino.

O governo de São Paulo, desde o princípio, descumpriu a lei do piso. Pressionado pela nossa mobilização, ação judicial e pela sentença favorável que conquistamos, editou a resolução SE 8, de 2012, que faz uma interpretação mesquinha da jornada do piso, reduzindo apenas uma aula com alunos. Muitos professores impetraram ações individuais questionando a resolução 8 e têm obtido liminares e sentenças que declaram esta resolução ilegal.

O governo vem utilizando diversas manobras jurídicas para não cumprir a lei, que foram acatadas pela 10ª Câmara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo. Mas a sentença continua válida. Estamos

Assembleia Estadual dos Professores

Dia 15 de Junho, 15 horas - Praça da República

Implementação da jornada do piso, já!

Jornada do piso é mais qualidade de ensino!

Formação igual, trabalho igual, direitos iguais a todos os professores! Reposição das perdas salariais! Reajuste, já!!!

- Aumento do reajuste previsto para 2012, além das 5% do GAV;
- Incorporação do bônus aos salários;
- Garantia de direitos aos professores da categoria "D";
- Fim das provas excludentes;
- Fim das férias excludentes;
- Plano de Carreira que respeite o respeito os professores

Todos à Assembleia Estadual no dia 15 de junho, às 14 horas, na Praça da República. Vamos mostrar nossa união e nossa força na luta pela jornada do piso!



questionando junto ao Conselho Nacional de Justiça a legalidade dos procedimentos desta instância do poder judiciário estadual. Também estamos ingressando com ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Estado cumpra a lei.

Na semana em que realizamos a nossa assembleia de 26 de março, no Palácio dos Bandeirantes, o governo acenou com a possibilidade de negociar a implantação da jornada do piso no âmbito da comissão paritária de gestão da carreira do magistério, da qual a APEOESP participa. Com nossa pressão dentro da comissão, a questão da jornada do piso passou a constar na pauta, devendo ser discutida no próximo período, logo após o encerramento da atual discussão sobre novas formas de evolução e promoção na carreira.

Nesta luta em defesa da jornada da lei do piso, estamos trabalhando em todos os espaços



possíveis (veja matéria à página 7). No judiciário, no legislativo e na pressão sobre a Secretaria da Educação e outros órgãos do governo, estamos atuando noite e dia para que prevaleça o direito dos professores, duramente conquistado por muitos anos de lutas, de várias gerações de educadores brasileiros.

Pela reposição integral das perdas salariais

Desde a implantação do atual plano de carreira do magistério, nossa categoria acumulou grandes perdas salariais, que exigiriam, em 2010/2011, um reajuste de 38,74% para serem repostas. Também reivindicamos incorporação de todas as gratificações.

Esta luta pela reposição salarial, entre outras reivindicações, nos levou à greve de 35 dias em 2010, que permitiu a todo o Brasil conhecer a realidade das escolas estaduais de São Paulo sob o governo Serra, graças às denúncias que levamos às ruas e praças públicas e aos meios de comunicação.

Como resultado do nosso movimento, o governo estadual que assumiu em 1º de janeiro de 2011 estabeleceu, embora de forma insuficiente, uma proposta salarial de reajustes parcelados. Na tramitação da lei 1143/2011, que estabeleceu este reajuste parcelado, nossa maior vitória foi a criação de uma comissão paritária que, todos os anos, analisará a aplicação da política salarial, podendo negociar novos reajustes. Neste ano de 2012, a comissão já tem uma questão a discutir: a integralização do reajuste salarial de julho, tendo em vista que o governo anunciou um reajuste de 10,2% para 2012, mas não esclareceu que estava embutida neste índice a parcela da GAM, incorporada no mês de março. Com isto, ficaram faltando 5% para o anunciado reajuste de 10,2%. Por outro lado, para que sejam repostas todas as nossas perdas, desde fevereiro de 1998, o reajuste necessário é de 13%.

Bônus é enganação

No início de abril, quando do pagamento do bônus aos professores, o site da APEOESP disponibilizou uma enquete sobre o assunto e confirmou o que vimos denunciando há anos: bônus é enganação.

Mais de 50% dos professores que participaram da enquete afirmaram que não receberam o bônus. Cerca de 10% receberam valores abaixo de R\$ 100. Ou seja, a grande maioria da cate-

goria não foi contemplada com esta política discricionária e ineficiente. O bônus não contribui com a melhoria da qualidade da educação e tampouco com a valorização dos profissionais. Nossa luta continua pela conversão do montante do bônus em reajuste salarial para todos os professores, da ativa e aposentados.

ETI: queremos qualidade para todos, não para poucos

A APEOESP é enfática na defesa da educação de qualidade para todos e valorização de todos os profissionais da educação. Neste sentido, não aceitamos que sejam implementadas em algumas escolas da rede estadual de ensino “ilhas de excelência”, deixando as demais escolas sem estrutura, sem condições de trabalho e inadequada organização curricular. Por isto, não estamos de acordo com o programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral, que vem sendo implantado em algumas poucas escolas. Não que estas escolas sejam “ilhas de excelência”, pois sequer está claro seu projeto político-pedagógico. Mas sabemos os prejuízos que esta iniciativa está gerando. Professores efetivos das unidades que venham a se tornar escolas de tempo integral serão removidos ex officio para outras escolas, pois os professores dessas escolas são designados, o que, na nossa análise jurídica, é inconstitucional.

Muitos alunos também são prejudicados, porque realizam outros cursos no contraturno ou trabalham. Finalmente, os alunos do ensino fundamental serão transferidos para outras unidades escolares, nem sempre próximas de suas residências.

Não concordamos com discriminações e exclusões na rede estadual de ensino. Todos têm direito à mesma qualidade e, se o Estado reconhece a necessidade de melhorar as escolas para que tenhamos ensino de qualidade, que melhore todas as escolas, e não apenas algumas. Pais, alunos, professores e toda a comunidade têm o direito de debater e definir as políticas educacionais.



Formação, trabalho igual, direitos iguais!

Nos últimos anos, nossa categoria tem sofrido verdadeiro “fatiamento” por parte da Secretaria Estadual da Educação. A cada momento, a SEE cria uma nova letra para designar professores que pertencem a alguma “categoria”, mas o pior é que, junto com algumas dessas letras, vem a retirada de direitos e a precarização das condições de trabalho dos professores.

Hoje, na rede estadual de ensino, em torno de 15 mil professores pertencem à chamada “categoria O”, que são aqueles docentes regidos pela lei complementar nº 1093, de 2009, contratados por tempo determinado, ou seja, seus contratos têm a duração inicial de um ano, podendo ser prorrogados por mais um ano. Entretanto, ao fim do contrato, esses professores precisam ficar afastados da rede estadual de ensino por 40 dias. Pela LC 1093/2009 esta “quarentena” era de 200 dias e o contrato não era prorrogável. A luta dos professores e da APEOESP conseguiu minimizar, um pouco, esta situação, mas ela ainda é intolerável.

Não são apenas os novos contratados que sofrem com essas condições precárias. Professores da chamada “categoria L”, com muitos anos de serviço na rede estadual de ensino,

perderam direitos, inclusive ao atendimento pelo Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE), tiveram redução nas faltas médicas e outras perdas.

Não podemos aceitar que professores sejam selecionados por uma “provinha” que não tem condições de aferir sua capacidade e experiência profissional, para continuarem na condição de temporários, sem os direitos mínimos que devem ser assegurados a todos os professores. É um absurdo fazer seleção para professores temporários, se faltam professores de todas as disciplinas, em todas as regiões do estado. Queremos concursos para PEB I e PEB II, em todas as disciplinas, para que estes professores se tornem efetivos, com todos os direitos da carreira.

Toda esta situação foi por nós denunciada à Organização Internacional do Trabalho, a quem estamos solicitando providências junto ao Governo do Estado de São Paulo para que seja revertida, de forma a que todos os professores com igual formação e trabalho igual tenham direitos iguais.

Estamos em campanha pela dignidade profissional dos professores! Por melhores condições de trabalho, salário e carreira

para todos os professores da rede estadual de ensino.

Direito de greve

Após solicitação da APEOESP para que fossem revistas dispensas de professores da categoria “O” que participaram da greve nacional realizada em março de 2012, a Secretaria da Educação orientou que haja suspensão da aplicação do ato de extinção contratual.

Em despacho encaminhado ao Sindicato, a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos (antigo DRHU) esclareceu que os dias de paralisação devem ser tidos como faltas, justificadas (se para tanto houver pedido por parte do interessado)... Portanto, as dispensas são ilegais. A APEOESP reforça orientação aos professores que estão sofrendo constrangimento e/ou que foram dispensados para que justifiquem as faltas, em requerimento, informando que ocorreram em razão da greve.

A Diretoria da APEOESP está em negociação com a S.E. para garantir a retirada das faltas do prontuário mediante reposição das aulas.

APEOESP também já assegurou aos associados a devolução dos descontos indevidos praticados nos salários recebidos no início de maio.

APEOESP exige regularização das aposentadorias



Diretoria da APEOESP reuniu-se com a presidência da São Paulo Previdência (SPPREV) para cobrar soluções para os problemas que tem atingido os professores em vias de aposentadoria na rede pública de ensino.

Demora na concessão das aposentadorias, falta de respostas aos protocolos e descontos de licenças médicas e licenças saúde no cômputo do tempo de serviço são alguns dos entraves pelos quais a categoria tem passado durante o processo de solicitação das aposentadorias.

O presidente da SPPREV informou que a lentidão na concessão das aposentadorias deve-se aos procedimentos adotados pela Coordenadoria de Gestão de Recursos Hum-

anos (antigo DRHU). A própria SPPREV já teria organizado uma força-tarefa para agilizar as publicações das aposentadorias aos servidores da Educação. Em contato com a Secretaria da Educação, a CGRH informou que o próprio secretário determinou que os processos permaneçam no órgão no máximo durante 30 dias.

Sobre os descontos, o presidente da SPPREV afirmou que segue parecer elaborado, há dois anos, pela Procuradoria Geral do Estado. Diante das explicações da APEOESP demonstrando a ilegalidade da ação, o presidente comprometeu-se a solicitar novo parecer à Procuradoria, informando-nos assim que o documento estiver pronto. APEOESP já solicitou

audiência com a Procuradoria Geral da União.

À Secretaria da Educação, estamos encaminhando todos os casos que nos chegam via e-mail para que sejam tomadas as devidas providências para a regularização.

Caso persistam os problemas, o Sindicato entrará com ação judicial, visan-

do assegurar todos os direitos e a agilidade no processo de concessão da aposentadoria a todos os professores.

Bônus

A APEOESP obteve na Justiça várias decisões favoráveis ao pagamento de bônus para os professores e demais integrantes da classe de suporte pedagógico aposentados.

Atualmente, a APEOESP iniciou a execução de duas dessas ações: a que se refere ao bônus de 2000, pago em fevereiro de 2001 e a que se refere ao bônus de 2002, pago em fevereiro de 2003.

No que concerne ao bônus de 2002/2003, a Coordenadoria de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado

já apresentou as informações dos valores que serão pagos a todos os aposentados sócios da APEOESP, sendo que o Sindicato apresentará o cálculo de todos os sócios beneficiados.

Já com relação ao bônus de 2000, pago em fevereiro de 2001, a APEOESP já pediu as informações para a Secretaria da Fazenda e está aguardando os informes dos valores que serão pagos aos aposentados.

Esclarecemos que a APEOESP optou por essa forma de execução por entender que é mais rápida e menos onerosa para o

professor, pois a execução direta do crédito de todos os aposentados associados na época não demanda nenhuma providência por parte do próprio professor.

Assim, os aposentados/associados da APEOESP nos anos de 2000 e 2002 que não receberam os bônus pagos nos anos de 2001 e 2003, respectivamente, não precisam enviar nenhum documento para o Sindicato ou para qualquer outra entidade ou advogado, pois o valor devido será executado diretamente pela APEOESP, que já tomou providências para esse fim.

PCPs têm nova designação

Em Resolução SE 42 publicada no Diário Oficial do Estado, a Secretaria da Educação modificou a forma de admissão do Professor Coordenador Pedagógico na rede pública de ensino.

Entre as mudanças, a Secretaria eliminou o processo de credenciamento, de apresentação de projetos e outras medidas até então existentes. Não haverá mais a prova e a participação do Conselho de Escola na indicação do PCP. Assim, o processo de escolha e designação desses profissionais passa a ser idêntico ao do Vice-Diretor: compete ao diretor de Escola designar também o Professor Coordenador Pedagógico.

A APEOESP considera esta mudança um retrocesso, já que o processo de escolha do Coordenador Pedagógico pelos pares, no Conselho de Escola, como já adotado anteriormente, era muito mais democrático e livre de interferência dos superiores.

Cessaçãõ da designaçãõ

Modificarãõ-se, também, os casos em que o PCP perde a designaçãõ. Assim, passam a ser os seguintes casos:

- 1 - a seu pedido, por escrito;
- 2 - quando removido para escola de outra diretoria de ensino (ou seja, se for para unidade da mesma Diretoria, não perde mais a designaçãõ);

- 3 - a critério da administraçãõ;
 - a) por não corresponder às atribuições do posto;
 - b) afastamentos a qualquer título por mais do que 45 dias;
 - c) a unidade deixar de comportar posto de trabalho.

No caso de não corresponder às atribuições relativas ao cargo, a cessaçãõ da designaçãõ dar-se-á por decisãõ conjunta da equipe gestora e do supervisor de ensino da escola. Anteriormente, era por decisãõ conjunta da direçãõ da unidade escolar e do supervisor.

Para os que tiverem cessada a designaçãõ com base no parágrafo anterior, nova designaçãõ é possível apenas no ano letivo subsequente. Anteriormente era exigido um novo processo de credenciamento.

Agora, expressamente exclui-se da cessaçãõ os casos de licençã gestante ou adoçãõ e os casos em que se provê cargo docente na rede estadual. Ou seja, pode ser designado imediatamente após a posse, ou após o retorno da gestante.

Orientamos os Professores Coordenadores Pedagógicos, nos casos em que considerem suas dispensas abusivas e não lhes seja garantido amplo direito a defesa, a procurarem o departamento jurídico da APEOESP, para eventual açãõ judicial.

ente Pa amenta em De esa do ams e

A Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe foi oficialmente lançada no dia 26 de abril em evento na Assembleia Legislativa. Composta por deputados de vários partidos, a Frente pretende organizar audiências públicas para debater a situação do Instituto no Vale do Paraíba e uma reunião com o secretário estadual da Gestão Pública, órgão ao qual o Iamspe está veiculado.

Durante o evento, servidores presentes criticaram a gestão da saúde paulista, principalmente a prestação de serviços ligados ao Instituto. Reclamaram da falta de funcionários e da sobrecarga dos

pouco existentes. Além disso, denunciaram o sucateamento e privatização do Hospital do Servidor Público e reforçaram a solicitação para que o governo cumpra com sua cota-parte ao Instituto.

Servidores avaliaram ainda que a Frente deve analisar com profundidade o Projeto de Lei que transforma o Instituto em uma autarquia especial, assegurando o emprego e os direitos dos funcionários. Os trabalhadores complementaram as demandas da frente com a proposta de debater ampliação do atendimento dos serviços do Iamspe no interior paulista, de convênios com redes

médicas e hospitalares, e implantação de atendimento de saúde mental para todos os servidores.



CNE aprova Resolução sobre a lei do piso



O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica, aprovou por unanimidade, Parecer e Resolução que tratam da

implementação da lei federal nº 11.738/2008 que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

A iniciativa do CNE, por meio da Comissão de Estudos da Carreira do Magistério, tendo como relatora a Conselheira Maria Izabel Azevedo Noronha, presidenta da APEOESP (foto) foi o de afirmar a implantação da lei 11.738/2008 em todos os entes que compõem a República Federativa do Brasil.

Isto se deve ao fato de que têm havido controvérsias sobre a lei, tendo a questão chegado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou improcedente Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelos Governadores de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará e Santa Catarina, ainda em 2008, que questionavam diversos aspectos da lei.

Entre outras coisas, o Parecer aprovado pelo CNE analisa a lei dentro do atual contexto da educação brasileira, afirmando sua importância do ponto de vista pedagógico e estrutural para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para

a valorização dos profissionais da educação, que são atores fundamentais neste processo.

Jornada do piso: 33% para atividades extraclasse

O texto embasa e reafirma a condição dos professores como trabalhadores, mas cujo trabalho possui uma natureza específica, que os diferencia de todos os demais trabalhadores, que é o fato de que a escola não produz mercadorias; ela forma pessoas. Daí que a valorização do professor passa pela melhoria das suas condições de trabalho e pela melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem do aluno. O Parecer compreende ainda a composição da jornada de trabalho, da forma como a lei determina (33% para atividades extraclasse), como fator

essencial para que, nas escolas, possam acontecer os momentos de trabalho coletivo que permitem ao professor participar, por exemplo, na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade escolar.

O trabalho da relatora, aprovado pelo CNE, esclarece, de forma consistente, que, ao contrário do que alguns sistemas de ensino fazem, não se pode confundir a obrigação da escola (e dos sistemas) em prover ao aluno 800 horas anuais de estudo, em 200 dias letivos, com a jornada de trabalho do professor. Ao aluno são ministradas aulas que podem ter diferentes tempos de duração, enquanto o professor é contratado por um determinado número de aulas, como unidades que possuem natureza distinta das aulas como direito dos alunos, como prevê a LDB.

O Parecer e o Projeto de Resolução já estão com o Ministro da Educação para homologação, apensado com documento elaborado pela CNTE propondo aperfeiçoamentos pontuais no texto. Mais uma ação em defesa de um importantíssimo direito de todos os professores.

Campanha pelo fim do imposto sindical

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está realizando um plebiscito nacional sobre o fim do imposto sindical em todas as regiões do país. A APEOESP, um dos poucos sindicatos que não cobram o imposto sindical, está apoiando a ação da Central. A coleta de assinaturas vai até o dia 15 de junho.

O imposto sindical está previsto no artigo 579 da Consolidação das Leis de Trabalho. A lei, elaborada na década de 40, diz que todos os trabalhadores assalariados que integram uma determinada categoria econômica ou profissional são obrigados a pagar o imposto, independentemente de serem filiados a um sindicato. Com isso, contribui para a existência de muitas entidades de fachada que só existem para receber o montante do imposto, sem qualquer tipo de ação na defesa

dos direitos dos trabalhadores de sua base.

A CUT defende que todo trabalhador deve ser livre para escolher seu Sindicato, ou seja, quem deve representá-lo juridicamente na hora de negociar com os patrões e dialogar com o governo para garantir e ampliar conquistas e direitos. Também deve ter autonomia para decidir qual será a forma de sustentação financeira do Sindicato que escolheu.

Por isso, a Central defende o fim do imposto sindical e sua substituição pela contribuição da negociação coletiva, decidida livremente em assembleia da categoria.

CUT/SP elege nova diretoria: APEOESP ocupa vice-presidência

O 13º Congresso da CUT/SP, realizado no período de 16 a 19

de maio, em Serra Negra, reuniu 826 delegados de 17 ramos do estado. A APEOESP participou com uma delegação de 183 professores.

Os delegados discutiram estratégia e planos de lutas e elegeram sua nova diretoria. O atual presidente, Adi dos Santos Lima, foi reeleito para o triênio 2012-2015. Douglas Martins Izzo, secretário de assuntos educacionais e culturais da APEOESP, assumiu a vice-presidência. A professora Telma Andrade Victor, membro da diretoria estadual, foi reconduzida à Secretaria de Formação.



Educação sem homofobia

No dia 16 de maio aconteceu em Brasília a III Marcha Nacional Contra a Homofobia, como parte das celebrações do 17 de maio, Dia Internacional de Combate à Homofobia. A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) participou do evento e lançou a campanha "Educação sem homofobia", pois acredita que o combate à discriminação e à violência contra os homossexuais é um passo imprescindível para a construção de um país mais tolerante e igualitário.

É preciso haver leis que reprimam e punam o comportamento homofóbico. Por isso a CNTE e outras entidades da sociedade civil esperam ver aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 122, que criminaliza a homofobia. Mas a escola e os profissionais da educação também têm o papel fundamental de quebrar preconceitos desde cedo, discutindo as diferenças e o respeito à diversidade. O combate ao preconceito tem que começar nas escolas.

Para ajudar nessa tarefa, a



CNTE disponibilizou um jornal mural sobre as atividades e discussões em torno da III Marcha de Combate à Homofobia. A publicação apresenta informações sobre o Dia Internacional de Combate à Homofobia, o PLC 122 e os avanços nas políticas de combate ao preconceito. O material vai ajudar professores e alunos a debaterem o tema em sala de aula, fazerem atividades, se mobilizarem. O jornal está disponível no site da Confederação: www.cnte.org.br

Professores têm nova opção para acesso ao D.O.



superior, à direita da página na Internet.

Apenas com a inscrição do R.G., o professor poderá consultar todas as publicações do D.O.

Os professores já podem contar com uma nova ferramenta no portal da APEOESP (www.apeoesp.org.br). Trata-se do acesso ao Diário Oficial para consultas sobre a vida funcional, agora organizado pelo próprio Sindicato.

O acesso deve ser feito pelo link <http://www.apeoesp.cadastro.org.br>, localizado na parte

referentes a sua vida funcional.

No mesmo link, é possível acessar informações do Cadastro ou das Colônias de Férias da APEOESP. Para tanto, faz-se necessário a criação de uma senha. Após preenchimento dos dados necessários, incluindo um endereço eletrônico válido, o professor receberá a senha e

podrá acessar as informações cadastrais e os agendamentos das colônias de férias.

Comunicação mais ágil

Em breve, os professores que cadastrarem e-mails no site da APEOESP poderão receber informações do Sindicato diretamente no seu endereço eletrônico. Nossos boletins que atualmente são enviados às sub-sedes e aos diretores estaduais também passarão a ser enviados diretamente à categoria, agilizando a comunicação.

APEOESP URGENTE, Boletim Educacional e Cultural, artigos com posicionamento do Sindicato sobre assuntos relacionados à Educação são alguns dos materiais que farão parte da carta de notícias. Através do e-mail, o professor também saberá das atualizações do nosso portal, podendo acessá-lo diretamente.

Manual do Professor na Internet

Nosso portal também está oferecendo uma nova forma de consulta ao Manual do Professor. As informações estão organizadas em ordem alfabética. Basta aos professores clicarem no item desejado para ter acesso ao conteúdo. Acumulação de cargos, carga suplementar de trabalho, laudo médico, licença saúde, remoção e sexta parte são alguns dos temas contidos no Manual do Professor.



EXPEDIENTE JORNAL DA APEOESP

Camargo; Francisco de Assis Ferreira; Zenaide Honório; Luis Brandino. **Colaboradores:** José Rocha da Cunha; Fernando Vivaldo. **Fotos:** www.fc.art.br; **Diagramação e Editoração Gráfica:** Carlos Roberto Ferreira dos Santos e Rosely Soares. **Secretária:** Edenilde do Nascimento. **Impressão:** Bangraf **Tiragem:** 165.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em junho. **Publicação bimensal.** Distribuidora: ACF Itapevi. **Redação:** Praça da República, 282 - 5º andar - CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP - TRIÊNIO 2011/2014

DIRETORIA EXECUTIVA: **Presidente:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice-Presidente:** Francisca Pereira da Rocha; **Secretário Geral:** Fábio Santos de Moraes; **Secretária Geral Adjunta:** Maria Sufaneide Rodrigues; **Secretário de Finanças:** Luiz Gonzaga José; **Secretário de Finanças Adjunto:** Ariovaldo de Camargo; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretário de Administração Adjunto:** Ederaldo Batista; **Secretário de Patrimônio:** Miguel Noel Meirelles; **Secretária de Patrimônio Adjunta:** Tereza Cristina Moreira; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais:** Douglas Martins Izzo; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Luiz Carlos de Freitas; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretária de Formação:** Nilcéa Fleury Victorino; **Secretária de Formação Adjunta:** Mara Cristina de Almeida; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Zenaide Honório; **Secretário de Política Sindical:** João Luis Dias Zafaloni; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Magda Souza de Jesus; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretária de Políticas Sociais Adjunta:** Ana Paula Pascarelli; **Secretária para Assuntos de Aposentados:** Sílvia Pereira; **Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:** Fátima da Silva Fernandes; **Secretária**

para Assuntos da Mulher: Sueli Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Fábio Santos Silva; **Secretário para Assuntos Municipais Adjunto:** Marcos de Oliveira Soares; **Secretária Geral de Organização:** Margarida Maria de Oliveira; **Secretário de Organização para a Capital:** Gilberto de Lima Silva; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Moacyr Américo da Silva; **Secretário de Organização para o Interior:** Demercio de Almeida; **Secretário de Organização para o Interior:** Gerson José Jório Rodrigues; **Secretário de Organização para o Interior:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretário de Organização para o Interior:** Sérgio Martins da Cunha.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar De Assis Camelo; Aladir Cristina Genovez Cano; Almir Gabriel; Ana Lucia Ferreira; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Paula Leite Borda; Anatalina Lourenço da Silva; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio de Oliveira; Antonio Gandini Júnior; Ary Neves Da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Ramiro de Castro; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cilene Maria Obici; Claudelício dos Reis; Claudete Tereza de Almeida Pereira; Cláudio Luiz Alves de Santana; Cláudio Bento Rufini; Conceição Aparecida da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Ferreira de Paula; Edna Penha Araújo; Eduardo Martins Rosa; Eliane Matias dos Santos; Fláudio Azevedo Lima; Flávio Stockler de Ramos Lima; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Gilmar Ribeiro; Gláucia de Fátima Rodrigues Arruda; Idalina Lelis De Freitas Souza; Ivanci Vieira dos Santos; Janaina Rodrigues; Joaquina Soares da Silva Neto; Jofasa Rehem Nascimento Vieira; José de Jesus Costa; José Francisco da Silva; José Geraldo Correa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; José Wilson de Souza Maciel; Jovina Maria Da Silva; Julieta Lui; Juvenal De Aguiar Penteado Neto; Leandro Alves Oliveira; Lindomar C.C. Federighi; Luiz Cláudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Maisa Bonifácio Lima; Maria Aparecida Prezoto; Maria Carolina Niero Rocha; Maria Castelli; Maria Elena Batista de Souza; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Maria Liduina Facundo Severo; Mariana Coelho Rosa; Miguel Leme Ferreira; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Ozani Martiniano De Souza; Paulo Roberto Chacon De Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Reginaldo Alberto de Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberto Mendes; Ronaldo Torelli; Roseli dos Santos Ribeiro; Rui Carlos Lopes de Alencar; Severino Honorato Silva; Silvio Carlos da Silva Prado; Solange Aparecida Benedeti Penha; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Sonia Maria Maciel; Stenio Mathus De Moraes Lima; Sueli de Aroujo Mangabeira; Suzi Da Silva; Telma Aparecida Andrade Victor; Teresinha de Jesus de Sousa Martins; Uilder Cácio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zimberger; Walmir Siqueira; Wilson Augusto Fiuza Frazão.

O desconto da mensalidade no holerite de junho será de 1,2% sobre o salário de cada associado. O desconto mínimo será de R\$ 11,78 e o máximo de R\$ 47,12.

Edição concluída e enviada à gráfica no dia 22/05/2012.

PUBLICIDADE

MGiora - Tel.: (11) 3885-0183/4652
CMC Brasil - Tel.: (19) 3232-7544
O conteúdo das publicidades é de responsabilidade dos anunciantes.